



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 148/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10132/2013**

**2- Assunto:** Prestação de Contas.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Jutai.

**4- Responsável:** Sr. Pedro Macário Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Jutai.

**5- Exercício:** 2012.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 120/2013 (fls. 291/299).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1244/2015–DIMP-MP–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 322/326).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Câmara Municipal de Jutai. Exercício de 2012.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Determinações ao responsável, à atual gestão e à próxima Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- À UNANIMIDADE:**

**9.1.1- Julgar REGULARES COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **Pedro Macário Barbosa**, na qualidade de Presidente da Casa Legislativa do município em destaque, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**8.1.2- Aplicar MULTA** ao Sr. Pedro Macário Barbosa, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2012 no valor de R\$ **3.000,00** (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica), em razão: **I)** do descumprimento dos arts. 48 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca da publicação do Relatório de Gestão Fiscal; **II)** da inobservância da Resolução n.º 1.133/2008 do Conselho Federal de Contabilidade, acerca do registro de conta contábil genérica e sem indicação de sua natureza;

**9.1.3- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 148/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

**9.1.4- Autorizar** desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

**9.1.5- Fazer** as seguintes **determinações ao responsável e à atual gestão da Câmara Municipal de Jutai**, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

**a)** Observem os prazos para encaminhamento dos registros analíticos contábeis via ACP previstos no art. 4º da Resolução n.º 7/2002-TCE c/c o § 1º, art. 15, da Lei Complementar n.º 6, de 22/01/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;

**b)** Observem os prazos para o envio dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos na Resolução n.º 11/2009 – TCE/AM;

**c)** Para atingir o alcance dos arts. 48, 51 e 55 da LRF, além de afixação em quadros de aviso, dê publicidade aos instrumentos de Gestão Fiscal por meio da divulgação de um extrato no Diário Oficial do Estado e/ou da União, em jornal de circulação no Município, se houver, e divulgação em meio eletrônico de fácil acesso a população;

**d)** Observe com maior rigor o disposto na Resolução n.º 1.133/2008 do Conselho Federal de Contabilidade no momento da elaboração das Demonstrações Contábeis, abolindo o uso de contas contábeis genéricas fora da autorização regulamentar;

**e)** Observem com maior rigor o disposto no art. 38 e art. 40 da Lei n.º 8.666, de 1993, acerca a obrigatoriedade de um processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, com todos os documentos necessários ao controle de sua legalidade.

**9.1.6- Determinar** a próxima **Comissão de Inspeção** que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Jutai verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

**9.2- POR MAIORIA, aplicar MULTA** ao Sr. Pedro Macário Barbosa, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2012 no valor de R\$ **1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos) para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (janeiro a dezembro), totalizando R\$ **13.152,96** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 148/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

***Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 17 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor-Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto ao TCE:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral